

ARTIGO

**SUBJETIVIDADES CAPITALIZADAS E OS DESAFIOS PARA  
A EFETIVAÇÃO DA DEMOCRACIA NO COTIDIANO: UMA  
EXPERIÊNCIA DE COLETIVIZAÇÃO NUM ASSENTAMENTO  
DO MST EM RONDÔNIA**

**Resumo**

Este artigo tem como objetivo discutir, a partir do registro de uma experiência de coletivização de terras e trabalhos empreendidas por famílias assentadas do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), a possibilidade de produção de subjetividades anticapitalistas no cerne da sociedade atual. Apresenta a iniciativa de algumas famílias que, ao longo dos mais de vinte anos de ocupação, organizaram-se de forma coletiva em relação ao trabalho agrícola e a posse e uso do espaço. A vivência propiciada pelo longo período de luta pela oficialização do assentamento e pela organização produtiva coletiva, embasada numa perspectiva socialista, produziram militantes dos mais adultos aos mais jovens, homens e mulheres. Estes vem constituindo um lugar cuja vida é guiada por um projeto político de sociedade anticapitalista e contra-hegemônico, o que indica a produção de outras subjetividades.

**Palavras-Chave:** Terra; Trabalho; Cotidiano; Movimentos Sociais.

**Abstract**

*This article aims to discuss, from a record of an experience of collectivization of lands and engineering works by settled families of the Movement of the Landless Workers (MST), a possibility of production of anticapitalist subjectivities not core of the current society. It presents an initiative of some families that, during more than twenty years of occupation, organize itself collectively in relation to the agricultural work and a possession and use of the space. The experience brought about by the long period of struggle for official settlement and collective production organization, based on a socialist perspective, produce militants of the youngest and youngest, men and women. These are constituting a place whose life is guided by a political project of anti-capitalist and counter-hegemonic society, which indicates a production of other subjectivities.*

**Keywords:** Land; Work; Everyday life; Social Movements.

\* Docente de Psicologia do Departamento de Ciências da Educação da Universidade Federal de Rondônia. Email: juliana.nobrega@unir.br

Pesquisar é contar histórias e participar delas. Em Psicologia Social, contamos histórias a partir do cotidiano das pessoas e nos juntamos a elas para produzir uma versão dos fatos. Adentramos num campo-tema, do qual também fazemos parte e, a partir de lentes de maior ou menor grau, produzimos uma narrativa (SPINK, 2003). Pretendo contar para vocês a história de um grupo que conheci durante a minha pesquisa de doutorado, realizada entre 2010 e 2013, em Rondônia (NOBREGA, 2013). Espero que ajude a pensar alguma coisa nesse contexto de desumanidade e desesperança que vivemos hoje.

Em 14 de agosto de 1992, em Rondônia, ocorria a terceira ocupação de terras organizada pelo MST. Mais de duzentas famílias acamparam nas terras de uma fazenda localizada as margens da BR-364. Nas terras só havia gado, nada mais. Já acampados, demorou pouco, começaram as ameaças de despejo. Para evitá-lo, procuravam ao máximo produzir na terra, torná-la produtiva a partir da ocupação e mostrar que antes ela era improdutivo. Cada vez que os oficiais chegavam para desocupar, pediam a extensão dos prazos para desocupação, pelo menos terminarem a colheita do que tinham plantado. Mas enquanto colhiam, plantavam novas lavouras. Para fortalecer ainda mais o argumento da permanência na terra e para dar conta da necessidade das crianças, criaram uma escola. Conseguiram postergar o despejo por um tempo até que não teve outro jeito e foram, enfim, despejados. Violentemente despejados. Barracos queimados, pessoas machucadas. Como é de praxe nas desocupações daqueles que “invadem” as terras de outros. E aqui, vale um parênteses importante: Rondônia, assim como outros estados da Amazônia, é fronteira agrícola, terra sem lei. Naquele tempo, a violência contra aqueles que chegavam em busca do Eldorado, da terra prometida e nada encontravam, é a mesma dos dias de hoje, senão mais forte, talvez menos velada. Vive-se num cenário de guerra, brutal com aqueles que ousam fazer algo que ameace a ordem estabelecida pelo capital. E qualquer ameaça a propriedade privada da terra é uma ameaça ao Estado que é capitalista. Se for uma ameaça empreendida por trabalhadores e trabalhadoras, o uso da força é ainda mais necessário. A força policial protege, custe a vida que custar, o preceito básico do capitalismo: a propriedade privada. Pouco tempo depois dessa ocupação, em 1995, houve o massacre de Corumbiara. A mando do Estado de Rondônia, a polícia executou uma dezena camponeses, dentre eles, uma garotinha de 7 anos de idade e deixou centenas machucados e atormentados com a lembrança desses dias até hoje. Simplesmente por estarem reivindicando um pedaço de terra pra viver. Feito esse parênteses, podemos continuar nossa história.

Expulsos da terra, algum tempo de luta e com uma estratégia bem elaborada, ocuparam novamente as mesmas terras, permanecendo nelas desde então. Foi apenas em 2009, dezessete anos depois da primeira ocupação, que o acampamento tornou-se oficialmente um assentamento.

Ao longo de todo esse tempo, as famílias lutaram cotidianamente para permanecerem naquelas terras, já transformadas pelo uso que faziam dela. *A luta pela terra aconteceu junto com a luta na terra* (FERNANDES, 1998; SOUZA, 2011), pela subsistência e manutenção da vida, (diferentemente do que costuma ocorrer na maioria dos acampamentos, cuja desapropriação de terra, em geral, ocorre de forma mais rápida). No caso deles, o acampamento foi tornando-se um assentamento, criando raízes profundas naquelas terras antes mesmo que o Estado reconhecesse o processo. Esse longo tempo de inquietude e insegurança, foi também um tempo de construção de novas possibilidades, o que permitiu que naquele assentamento surgisse a experiência que quero contar aqui e que, acredito, nos permitirá refletir sobre as possibilidades de produção de *outras subjetividades* nesse mesmo mundo das subjetividades capitalizadas: trata-se da criação do **Grupo Coletivo 14 de Agosto**.

A cooperação agrícola, no caso do assentamento e, mais precisamente deste grupo, funciona como um elemento aglutinador e fortalecedor importante da conquista da terra (SCOPINHO, 2007; CHRISTOFOLLI, 2012). Para o MST, coletivos são um tipo de organização dos acampados e/ou assentados em que a cooperação agrícola é bastante avançada, isto é, onde estes se propõem a coletivizar todo o processo de produção (o que inclui não apenas o maquinário e a força de trabalho, mas também o pedaço de terra que foi destinado a cada família). Ao longo dos anos, algumas pessoas começaram a sentir necessidade de avançar nos objetivos da cooperação: mais do que conquistar a terra, queriam inscrever nela uma nova possibilidade de viver. Cooperar significava e, ainda hoje significa, reivindicar também o direito a um modo de vida baseado num projeto de sociedade que escapa ao capitalismo. E foi assim que, em 2003, o Coletivo 14 de Agosto foi formado por cerca de dez famílias, migrantes de diversos cantos do Brasil, militantes de longa data do MST e do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). Ao todo, cerca de 30 a 35 pessoas entre adultos, jovens e crianças.

Essas famílias, tendo experimentado já diversas práticas de cooperação mais simples (como as lavouras de café, milho e o consórcio de frutas tropicais, ou a criação coletiva de gado, ou mesmo os almoços coletivos realizados desde a época da ocupação), resolveram dar um passo além, coletivizando também suas terras. Para viabilizarem essa façanha no cotidiano, ou seja, para que a coletivização total

funcionasse plenamente perceberam a necessidade de também coletivizar o trabalho que era feito nas casas, o trabalho doméstico, ou pelo menos uma parte dele, a alimentação. E assim criaram uma cozinha coletiva.

Há alguns anos adotaram a Agroecologia (GUZMAN, 2001; ALTIERI, 2001) como forma de orientar sua produção agrícola e seu modo de vida, por considerarem o desejo e a necessidade de se libertarem do modelo agrícola convencional, degradante e causador da dependência de inúmeras famílias camponesas ao agronegócio. Ao lado da fazenda mais representativa do agronegócio em Rondônia, modelo de desenvolvimento científico do agronegócio brasileiro, um latifúndio cento e dez vezes maior que as terras do assentamento, essas pessoas plantam e colhem, tratam da terra, dos animais e das pessoas sem fazerem uso de qualquer insumo químico, com tecnologias alternativas e sustentáveis, de baixo custo. Cultivam, trocam e guardam suas sementes, numa tentativa de se verem livres, o máximo possível da dependência das empresas detentoras das sementes, como a Monsanto.

Orientados por um projeto socialista, inspiram-se nas experiências de comunas e cooperativas já existentes no país e no mundo, principalmente naquelas do MST. A gestão é coletiva e ocorre através da assembleia geral dos membros, mas também a partir das pequenas reuniões de cada frente de trabalho. As decisões são tomadas coletivamente, num processo de intensas negociações em que se busca a realização do grupo como um todo. Há sempre a participação paritária de homens e mulheres na coordenação das frentes e, no momento atual, maior participação dos jovens do grupo.

Para realizarem o trabalho na produção agrícola, organizaram algumas frentes formando grupos que se rodiziam em suas funções: o roçado, a horta, a padaria experimental (na época da pesquisa; a farinheira; a criação de animais e a cozinha). O trabalho acontece diariamente e tudo que é produzido na terra primeiro abastece as famílias coletivamente e, em seguida, é comercializado em feiras agroecológicas nas cidades vizinhas ou através das “cestas agroecológicas” entregues nas casas dos consumidores, com um caminhãozinho adquirido recentemente. A receita gerada é revertida para todo o grupo da maneira como decidirem. Como a capacidade de produção não é grande, não há dinheiro em forma de renda para as pessoas, mas há investimentos, principalmente na estrutura do grupo, que são decididos coletivamente.

\*\*\*

Se pudéssemos tirar um retrato do grupo, seria essa a imagem. Estática. Uma bela experiência, bem sucedida, aparentemente. Entretanto, essa descrição é incapaz de nos contar que sim, é esse um modelo de iniciativa autogestionária que “dá certo”, porém como todas as outras existentes no mundo, com seus inúmeros e intermináveis desafios, como eles mesmo se referem as situações complicadas que vivem. Para efetivar a coletivização no cotidiano e, dessa maneira, viverem e praticarem a gestão coletiva e democrática, precisaram e precisam ainda fazer “grandes exercícios de abertura” individuais e coletivos, como me contou uma das militantes mais antigas do MPA e que compõe o grupo. Quem já se embrenhou no cotidiano de alguma iniciativa coletiva, autogestionária, sabe que muitas vezes é mais fácil viver a relação de assalariado com um patrão, regras rígidas e tempo de trabalho delimitado do que enfrentar a construção coletiva das relações democráticas da gestão coletiva. Quem conhece o cotidiano do trabalhador rural e sua luta por terra sabe também o quanto é difícil a organização coletiva do trabalho agrícola (tendo em vista todo histórico de desconfiança em relação as cooperativas falsas criadas apenas para explorar ainda mais o trabalhador e a força que teve a Revolução Verde e tem hoje o agronegócio no cotidiano camponês). Mas mesmo assim, eles decidem, todos os dias, continuar essa empreitada.

Na coletivização, terra e trabalho – dimensões importantes da sociabilidade camponesa – foram alvos de ressignificações. Penso que essa iniciativa, assim como as muitas *outras* que se assemelham a ela, produz e é produto de outras subjetividades. Parte daquilo que se entende por terra, dentro e fora do campesinato, e parte daquilo que se entende por trabalho ganhou novas roupagens com a coletivização. São práticas discursivas produzindo materialidades e socialidades *outras*, em desalinho com a lógica capitalista. Não isolada dela, evidentemente, mas em desalinho. Ou remando contra a maré, como eles também dizem.

Terra como mercadoria, de onde se extrai riquezas. Latifúndio. Monoculturas. Na lógica camponesa, terra como vida, como trabalho, como moradia. De onde também se extraem riquezas, de outra ordem. Território sagrado. Terra sem males, onde se deposita a esperança de uma vida sem violência, sem pobreza. Para Sérgio Sauer (2010), a terra é lugar crucial no processo de constituição de identidades. É a terra livre que, habitada transforma qualitativamente a vida daquele “sem terra” a partir de novos modelos organizativos de vida e de trabalho. Um dos participantes do grupo diz:

“Eu acho que a coisa mais consciente que tem nesse grupo, e aí a gente engloba não só os mais novos, os que eram crianças na época, mas aí também os adultos, é que o mais sagrado para nós é que a terra não é um capital. A terra para nós ela é o lugar onde nós vamos viver, criar nossos filhos. Ela é apenas um instrumento para gente tirar dela o nosso sustento” (Entrevista, 2013)

Mas, para além disso, a terra da coletivização é usada de forma diferente daquela que um agricultor pode usar. Importa, para eles, mais do que a quantidade de hectares, a maneira e a sua capacidade de estarem nela, a relação estabelecida com a terra, enquanto sujeitos históricos, pessoas que a transformarão. A Agroecologia e o processo de coletivização tornam estes camponeses diferentes dos outros, de seus vizinhos de assentamento. Organizar-se coletivamente em torno de um projeto de vida incluía o elemento central da vida camponesa - a terra - foi um dos grandes desafios do grupo. A fala da militante do MPA é bem explicativa a respeito disso:

“Eu acho que a coletivização da terra é o maior exercício da coletividade porque é fácil você coletivizar um monte de coisa, agora quando você mexe na terra que é a principal coisa que me empodera como proprietário particular. Um camponês sem terra ele é um despatriado, né? Ele tá aqui hoje, amanhã ele é jogado pra ali. Quando eu tenho a minha a terra aqui, aí comadre, me tira se eu quiser! Então, a propriedade privada da terra é a essência do camponês. **Quando você abre mão disso, é uma porta aberta para várias outras aberturas.** A coletivização da terra aqui foi um exercício grandioso das pessoas individualmente em função de uma proposta” (Entrevista, 2013).

As aberturas de que ela fala são inúmeras. Trata-se, da constituição de sujeitos orientados por outros interesses, por outras formas de conceber o mundo e a sua relação. O trabalho coletivo incide diretamente sobre a terra e seus sentidos.

Para eles, trabalhar junto tem muito mais vantagens do que desvantagens, a começar pelo fato de que não vendem sua mão de obra a outro. Frigorífico, laticínios, diárias, adoecimento, violência. A lista de coisas negativas em relação a vender sua força de trabalho é extensa. Por outro lado, trabalhar os faz falar em ânimo, companhia, amizade, proteção social, solidariedade, saúde. Juntos tem conseguido adquirir equipamentos e maquinários que, sozinhos, não conseguiriam. Juntos tem conseguido se proteger de problemas e cuidarem uns dos outros. Juntos compõem uma família maior, consideram, com todos os problemas da intensa convivência, dos pontos de vista distintos, das infinitas negociações e das relações de poder que existem ali também. Forjam-se laços de parentesco a partir da luta. E isso tudo já foi dito por outros tantos coletivizadores e coletivizadoras que conhecemos em nossos estudos Brasil afora. Um dos jovens do MST diz:

“Quando você está no individual, tá trabalhando ali, você vai lá, vou vender, vou plantar e vou vender. Agora quando você está coletivamente não, você passa a pensar no todo, na quantidade maior de pessoas, de necessidades, de dificuldades, porque tudo aumenta”. Ou então, como conta uma das mulheres: “O sol tá quente, senta numa sombra cinco minutos, joga um bocado de conversa fora, volta de novo, torna a voltar pra sombra, proceia, conversa. O serviço rende no final do dia. Você olha pra trás e vê um monte de coisa que você fez” (Entrevista, 2013).

Como diz Lia Tiriba (2001), o trabalho associado é, sobretudo, pedagógico. Para os jovens que nasceram e viveram no Coletivo, o impacto é ainda maior. Em sala de aula, lutam para que “identidade camponesa” seja simbolizada positivamente e os inclua, aqueles que querem se organizar coletivamente e parte de pressupostos diferentes da grande maioria; lutam para que a escola promova uma educação para a população camponesa de fato e não que simplesmente aplique o modelo de educação voltado para o mundo urbano ou um modelo neutro. Reivindicam que a escola promova discussões e seja capaz de se pensar enquanto espaço rural, múltiplo e estimulador para o jovem, para que ele queira permanecer. Questionam as formas como os professores lidam com a juventude rural que ousa sair do projeto de vida “adolescente” da modernidade. Comentando sobre diálogos com seus professores, relatam:

“você tem que estudar porque tem que arrumar um bom emprego e tem que ser alguém na vida, né? Aí a gente fala: ué, professor, mas tem muitas coisas que a gente já é alguém na vida. Mas aí ele fala: não, mas tem que arrumar um bom emprego, ter diploma pra ganhar bem... não sei o que e vai inventando essas lorotas”. Ou então: “a professora até perguntou o que eu queria fazer e eu queria fazer alguma coisa na área social, aí ela falou: “mas você quer ser professor?” Não, eu quero estudar pra eu ter conhecimento e saber sobre determinada área, não é porque tenho que ser professor. Até porque profissão eu já tenho né? Eu sou agricultor. Eu moro no sítio. É que se passar quatro anos numa faculdade fazendo um curso de Sociologia, por exemplo, e ser um agricultor, eu perdi quatro anos. Isso na visão capitalista, do sistema.”

Viver vinte e quatro anos numa experiência de luta ensina tudo isso. As lutas também são pedagógicas, sem sobra de dúvida.

Mas de todas as aberturas (e podemos entender essas aberturas através de lentes ampliadas que permitem ver a potência do cotidiano) mencionadas por anteriormente, acredito que a transformação operada em relação a compreensão do trabalho doméstico é a que mais me chama atenção. Ainda repleto de desafios - que não estão relacionados ao capitalismo, mas ao modelo patriarcal de sociedade que vivemos, evidentemente apoiado pelo capital - a cozinha coletiva deixa marcas feministas no dia-a-dia dessas pessoas. Do varrer o chão até o roçado, tudo é considerado trabalho,

uma diferença perceptível em relação a sociedade, especialmente quando se referem ao trabalho de produção de alimentos e cuidado que é realizado dentro da cozinha.

A cozinha coletiva aparece como elemento que possibilita a existência da coletivização. Reconhecem que sem esse suporte seria impossível concretizar o grupo. O marco do grupo é o momento em que “juntaram as panelas”, dizem. A cozinha é o “motor do grupo”. Sem ela, o grupo enfraquece. Fazer a comida, a partir de alimentos cuidadosamente produzidos, para todos é já um processo imbuído de sentido político, uma vez que, na lógica do capital, sementes e alimentos são transformados em mercadorias na passagem para o modelo tecnológico de produção no meio agrícola (SHIVA, 2003).

Na cozinha todos se encontram e convivem diariamente. Comensalidade política. Construir relações de amizade e ao mesmo tempo planejar, disputar, deliberar, imaginar o que querem pra eles e para os outros. A comensalidade, que no latim significa “compartilhar a mesa”, é ritual importante nos hábitos alimentares camponeses (WOORTMAN, 1997), de onde pode-se observar a relação de profunda solidariedade (CANDIDO, 2001).

“Depois que teve a cozinha, é a comida, é tomar café juntos, são as conversas, são os passeios... Tem muita diferença na sua casa você e sua vida individual por mais que você tenha o vizinho ali pertinho...” (Entrevista, 2013).

A cozinha coletiva também se apresentou enquanto importante espaço de trabalho e de organização da vida de cada família. Significou economia nos gastos do grupo com alimentação e aumento de mão de obra. Tornou públicas a grande quantidade de atividades domésticas necessárias a sobrevivência das pessoas. Atividades que, a partir do momento em que se configuram enquanto frente de trabalho, tornam-se de responsabilidade coletiva. Deixam de ser invisíveis nas casas. Deslocam-se para o espaço público. Assim, permitem que muitas mulheres possam ocupar espaços tradicionalmente masculinos e também que alguns poucos homens ocupem espaços tradicionalmente femininos, ainda que apenas os mais jovens se disponham a isso. Diz uma das cozinheiras, sobre essa questão.

Se for pra gente trabalhar, que nem a gente trabalha no grupo, e se for pra gente fazer comida em casa - café, essas coisara assim - pra gente fica mais difícil. Então, se tiver duas ou três ali na cozinha coletiva fazendo a comida a gente facilita mais fazer o trabalho da gente, do coletivo. Os outros trabalhos que faz parte do coletivo. Facilita mais pras famílias do grupo, como no trabalho e como no espaço das pessoas de fazer suas tarefas individual mesmo. Sobra mais tempo, espaço pra fazer o trabalho individual (Entrevista, 2013)



Apesar disso, a cozinha é, de todos os locais do grupo, o menos estruturado, o que recebe menos investimentos financeiros. É que o trabalho realizado, em sua maioria, pelas mulheres do grupo é ainda desvalorizado. Predomina a visão de que é um trabalho leve e que não gera renda, ou seja, não é produtivo, enquanto o trabalho na produção agrícola é (NOBRE, 2005; TORRES & OLIVEIRA, 2011). São desafios a serem trilhados ainda para que não se perpetue o patriarcado. Nessa seara, não há de forma alguma consensos. Há disputas acirradas que vão revelando a necessidade de aprofundarem seu projeto político econômico, incorporando aí as dimensões de gênero também, a partir de uma economia feminista.

Enquanto espaço, a cozinha é exatamente o lugar do grupo. É de lá que ele pode ser visto melhor. Tanto nos pontos positivos quanto em suas contradições e vulnerabilidades. É, sem dúvida, um lugar de potência. Há pessoas se movimentando e dando cores novas, transformando antigos padrões.

No embate de forças econômicas e bélicas desse cenário de guerra a que me remeti no início da minha fala, certamente eles são invisíveis. Entretanto, no embate dos sentidos que vão sendo construídos social e materialmente, essas pessoas produzem verbo, a palavra encarnada no cotidiano, uma linguagem forte, brava e corajosa. Sozinha, isolada, essa palavra é quase inaudível, mas no conjunto das práticas e das iniciativas igualitárias que aos poucos vão se fazendo, elas constituem um território de luta, de resistência e de potência, de emancipação. Essas pessoas não são nem podem ser um monte de borboletas exóticas da Amazônia. Não devemos olhar para elas dessa forma, obscurecida pelo olhar que fetichiza, que exotiza e romantiza os processos. Ela é uma pequena iniciativa que repercute para dentro de cada um e cada uma que a vive. Repercute também, em médio alcance, para outras pessoas que se inspiram ou que a adotam como modelo ou projeto de vida.

Mas ela não é a única em Rondônia, na Amazônia, no Nordeste e no país e isso é muito importante. Como esse grupo de pessoas, há muitos outros, diferentes, tanto dentro dos movimentos sociais quanto fora, nas cidades, nos sítios, nas aldeias. São comunidades quilombolas, extrativistas, ribeirinhos, indígenas (esses, por sua vez, há muito tempo vivem a partir de *outra* lógica), estudantes, profissionais, donas de casa, catadores, costureiras... gente que decidiu junto que junto era melhor. E isso fala muito do que tema da mesa nos permite pensar, das resistências e das potências. De como é sim possível construir *outras* formas de ser, apesar do capitalismo!

*Recebido em dezembro de 2016, aprovado em fevereiro de 2017.*

## Referências Bibliográficas

ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2001.

CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito: estudos sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. São Paulo: Editora 34, 2001.

CHISTOFOLLI, PI. A cooperação agrícola nos assentamentos do MST: desafios e potencialidades. Em: BENINI, E.; SARDÁ de FARIAS, M.; NOVAES, H; DAGNINO, R. (orgs) **Gestão Pública e Trabalho Associado: fundamentos e perspectivas**. Volume 2. São Paulo: Ed. Outras Expressões, 2012

FERNANDES, B.M. **A territorialização do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - Brasil**. Ano 1, n. 1 p. 2 – 44, 1998.

GUSMÁN, S. Uma estratégia de sustentabilidade a partir da Agroecologia. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.2, n.1, p.35-45, jan/mar. 2001.

SAUER, S. **Terra e Modernidade: a reinvenção do campo brasileiro**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SCOPINHO, R. A. Sobre cooperação e cooperativas em assentamentos rurais. **Psicologia & Sociedade**, São Carlos v. 19, n. edição especial 1, p. 84-94, 2007.

SHIVA, V. **Monoculturas da Mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia**. São Paulo: Gaia, 2003.

SOUZA, M. M. O. **Luta, territorialização e resistência camponesa no leste rondoniense (1970-2010)**. 2011. XX f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia. 2011.

SPINK, K. Pesquisa de campo em Psicologia Social: uma perspectiva pós-constructivista. **Revista Psicologia e Sociedade**, São Paulo, v. 15, n. 2, p18-24. 2003.

TIRIBA, L. **Economia popular e cultura do trabalho: pedagogia(s) da produção associada**. Ijuí: Ed. UNIJUI, 2001.

TORRES E OLIVEIRA **Variações sobre trabalho leve e pesado na vida das mulheres de Izidoro e Barro Alto**. Disponível em: [http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1307583823\\_ARQUIVO\\_ARTIGOCOMPLETODEIRAILDESLUSOAFROBRASILEIRO2011.pdf](http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1307583823_ARQUIVO_ARTIGOCOMPLETODEIRAILDESLUSOAFROBRASILEIRO2011.pdf). Acesso em outubro de 2013.

WOORTMANN, K. & WOORTMANN, E. **O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa.** Brasília: UNB, 1997.